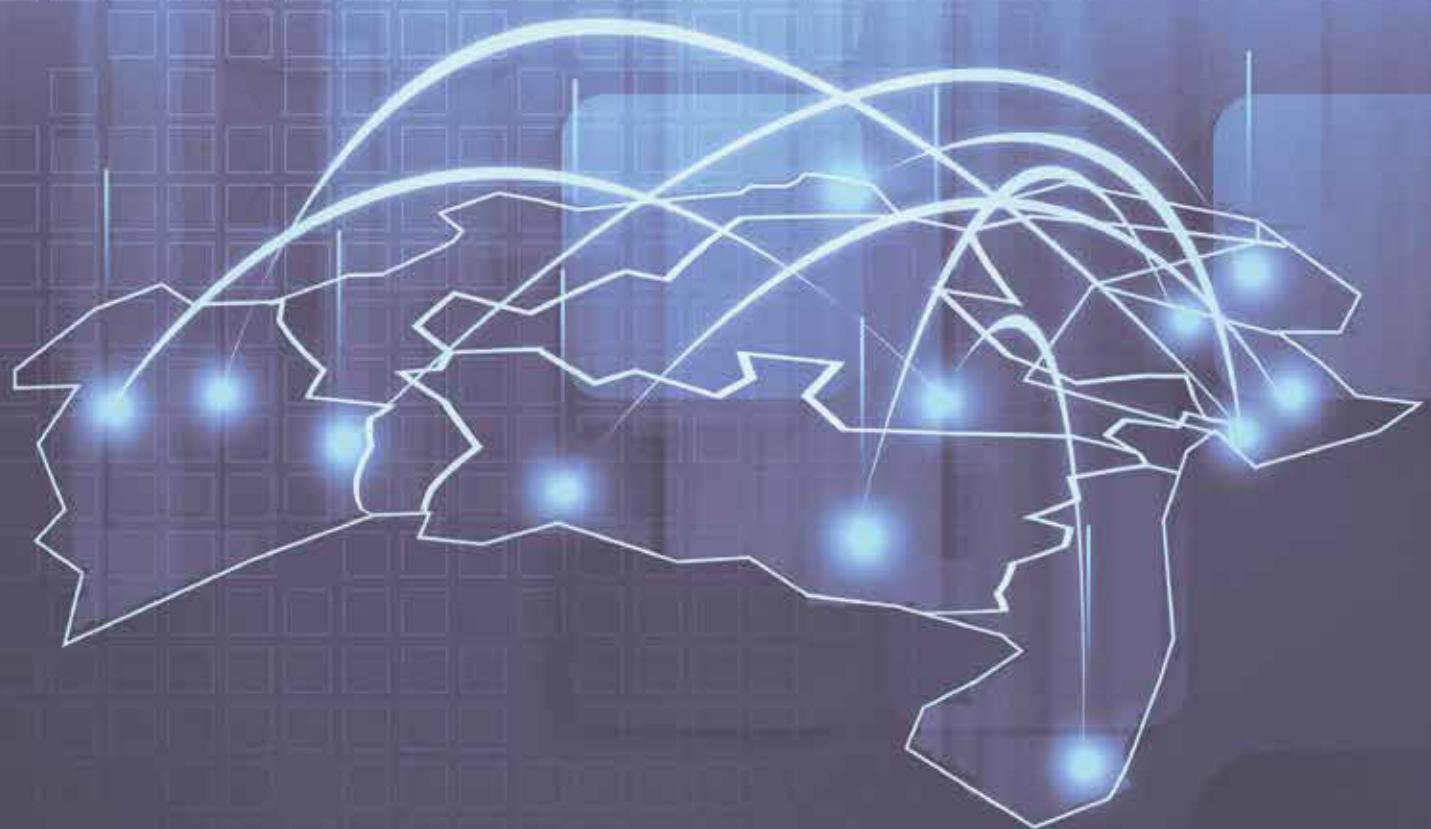


# PODER LEGISLATIVO







PROGRAMA

# FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA





## FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

O Poder Legislativo à luz da Constituição de 1988 consagra a opção democrática feita pelo Brasil e enfatiza aspectos definidores e garantidores da cidadania. O Legislativo tem como principais responsabilidades elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração direta e indireta, recebendo a delegação da representação popular para fazer as leis, seja propondo, seja votando propostas vindas dos outros poderes e da própria sociedade, além de exercer outras tarefas constitucionais como a apresentação pública de assuntos de interesse dos cidadãos, proporcionando o debate e a adequação ao interesse geral, regulando as relações entre os cidadãos e a relação destes com o Estado. A ação de fiscalização, tarefa básica dos Parlamentos, cujo fundamento é a submissão da Administração ao primado da Lei, representa o corolário da cidadania e do Estado de Direito.

As normas Constitucionais articulam as bases para um Poder Legislativo independente, ativo na produção das leis, no controle da Administração e detentor de prevalência no processo decisório governamental. A Ação Legislativa é livre e não pode sofrer qualquer tipo de intimidação, posto que fiscalizar o Poder Executivo é tarefa a que o Legislativo não pode se furtar, sob pena de perder sua essência.

A relação entre o Estado e a sociedade, destinatária das aplicações de recursos públicos e benefícios sociais, é definida por diretrizes, procedimentos e regras claras, assegurando a atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica e na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A definição de políticas públicas norteia a ação do Poder Público e do exercício do poder político, sobretudo com as iniciativas que possibilitam a participação dos diversos setores da sociedade. A adoção de experiências como o PPA Participativo no processo de elaboração dos instrumentos de planejamento estratégico do Estado da Bahia, significa a possibilidade de intervenção direta dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício do Poder, reforçando e fortalecendo as tradicionais ações institucionais.

O papel do Poder Legislativo no processo ciclo de planejamento é lastrado pelo modelo delineado pela Constituição, definindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos básicos que se integram e expressam as metas que atendam às necessidades da população, cabendo ao Legislativo examinar e equacionar os gastos compatibilizando a receita com a despesa. A otimização dos recursos se impõem em um cenário em que a necessidades e expectativas sociais são cada vez maiores e os recursos públicos exíguos. O PPA, como instrumento de planejamento e gestão da ação governamental, apresenta-se como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico além da função de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sob a égide do princípio da separação dos Poderes, compete ao Poder Legislativo, como uma prerrogativa da soberania popular, não só a produção de normas e instrumentos reguladores da gestão pública, como também o controle externo da Administração Pública, instrumento operativo do Governo, objetivada na ação

fiscalizatória dos atos pertinentes. O Poder Legislativo da Bahia, representado pela Assembleia e os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, assegurando suas prerrogativas, é inserido no PPA participativo, assumindo a parcela de responsabilidade que lhe compete, atuando de forma eficiente e eficaz na obtenção dos resultados a que se propõe o Plano Estratégico do Governo- PDI e a sua parcela de colaboração esperada com o Plano Pluriannual 2020/2023.

A composição do Poder Legislativo reflete a dimensão estratégica de sua missão. É na dinâmica operacional do Plano que se evidencia a forte vinculação entre a ação legislativa e o controle das contas públicas. A vinculação ao controle social é evidenciada com o aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de informações com iteratividade e transparência, informando à sociedade baiana as ações do Poder Legislativo através dos diversos meios de comunicação, assim como nas diversas intervenções, tornando mais efetivo o dever de prestação de contas dos governantes à sociedade, referendando a legitimidade ao exercício do poder no Estado democrático.

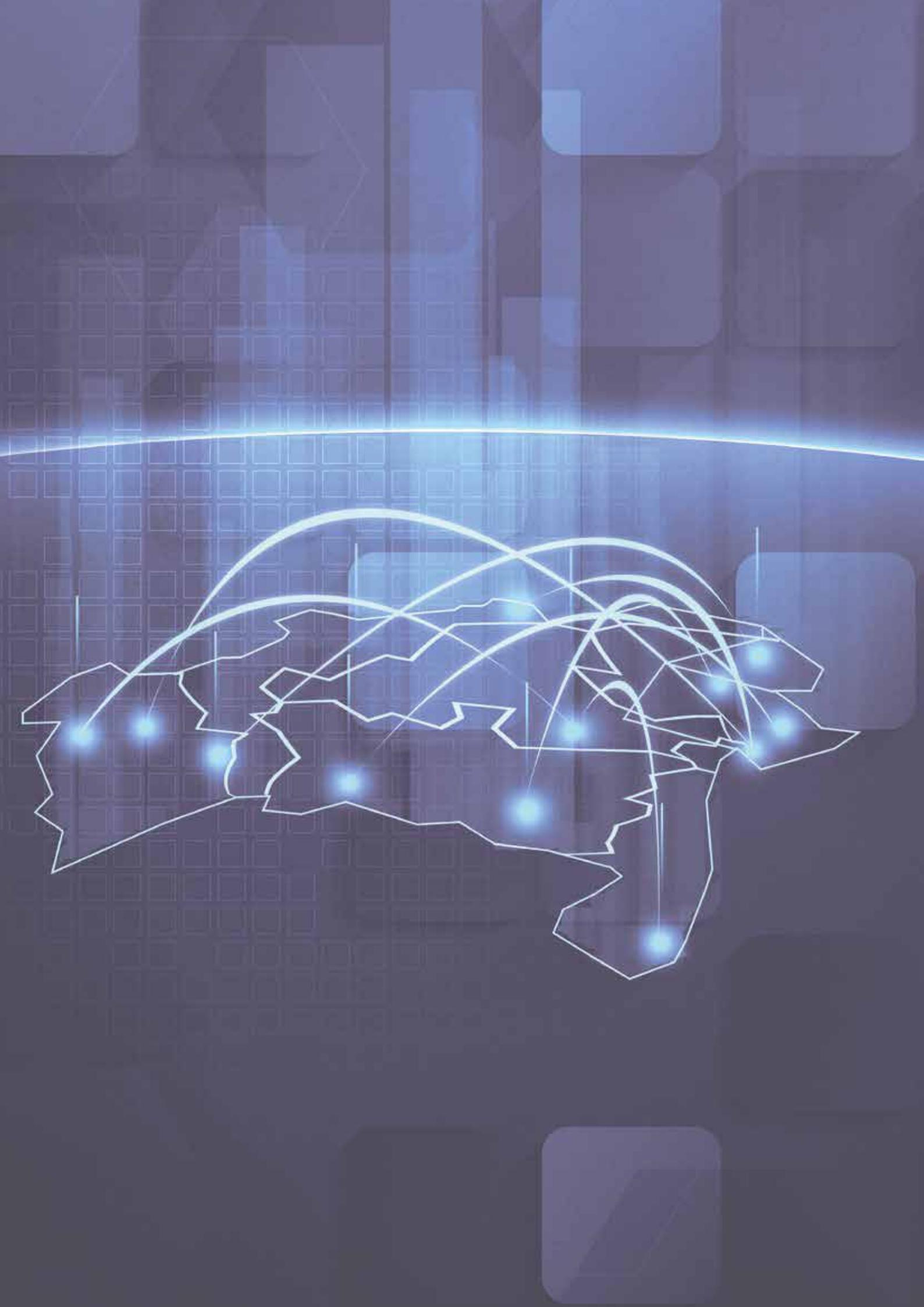
Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa							
Ementa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e do Poder Público, interagir com a sociedade além de otimizar a estrutura da Assembleia Legislativa para desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros							
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência					
			Ano	Valor				
- Número de campanhas publicitárias de promoção e divulgação da Assembléia Legislativa realizadas	Positiva	un	2018	6,00				
- Número de cidades atendidas com TV e Rádio da Assembléia Legislativa da Bahia	Positiva	un	2018	15,00				
- Número de eventos de capacitação para agentes públicos realizados	Positiva	un	2018	36,00				
Recursos do Programa	R\$ 1.435.889.981							
Compromisso	Prover o exercício do mandato parlamentar							
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia							
Iniciativa								
- Assegurar o cumprimento dos serviços da ação legislativa								
- Realizar Ações Intinerantes da Assembleia Legislativa								
Compromisso	Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa							
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia							
Iniciativa								
- Desenvolver soluções de tecnologia da informação								
- Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa								
- Apoiar entidades sociais de utilidade pública								
- Realizar eventos de capacitação para agentes públicos								
- Aparelhar as unidades do Órgão								
Compromisso	Otimizar o sistema de comunicação da Assembleia Legislativa							
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia							
Meta	Ampliar Sistema de TV e Radiodifusão da Assembleia Legislativa							
	Órgão Responsável	ALBA						
	Valor de Alcance	30 un						
	Referência	Ano	Valor					
		2018	15 un					
Território de Identidade			Valor de Alcance					
Estado			30 un					
Iniciativa								
- Expandir área de cobertura da TV Assembleia								
- Implementar sinal aberto de rádio								
- Operacionalizar o sistema de TV e radiodifusão								
- Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação da Assembleia Legislativa								



PROGRAMA

# CONTROLE EXTERNO ESTADUAL EM SINTONIA COM A SOCIEDADE





## CONTROLE EXTERNO ESTADUAL

Atualmente, o Brasil enfrenta um cenário no qual predominam a crise fiscal e estagnação econômica, em um contexto marcado pela globalização e pela revolução tecnológica e das comunicações, em que a sociedade passou a exigir dos órgãos instituídos o exercício de modernas e complexas funções que justifiquem a sua existência, inserção e permanência na organização do Estado.

Nesse sentido, as demandas sociais requerem a boa governança, a economicidade e a eficiência no uso dos recursos públicos e, por consequência, a eficácia no alcance dos objetivos estabelecidos e a efetividade nos resultados das políticas públicas.

O Tribunal de Contas, como instituição constitucional incumbida do exercício do controle externo, possui papel de destaque ao exercer as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, devendo ajustar-se ao momento histórico vivido pela sociedade a que serve.

Desse modo, controle e cidadania são indissociáveis, tornando-se eficazes na medida em que se preserva a função essencial do Estado de prover as necessidades coletivas, o que inclui o controle realizado por meio de suas próprias instituições, e, sobretudo, ao proporcionar o exercício do controle social.

Apresenta-se, portanto, o duplo desafio ao controle externo estadual: por um lado, exercer o efetivo controle capaz de promover o aprimoramento da gestão pública estadual e, por outro, ter a sociedade como parceira e destinatária desse controle.

Continuar investindo na promoção da transparência, em ações de aproximação com o cidadão e no exercício do controle externo pedagógico, aliada a gestão orientada a pessoas e resultados, que proporcione o aprimoramento de processos de trabalho, com vistas a garantir a qualidade e a tempestividade das ações de controle externo, são medidas capazes de viabilizar o princípio da duração razoável dos processos e melhorar os resultados para a população ao dar respostas mais rápidas e eficazes aos anseios sociais.

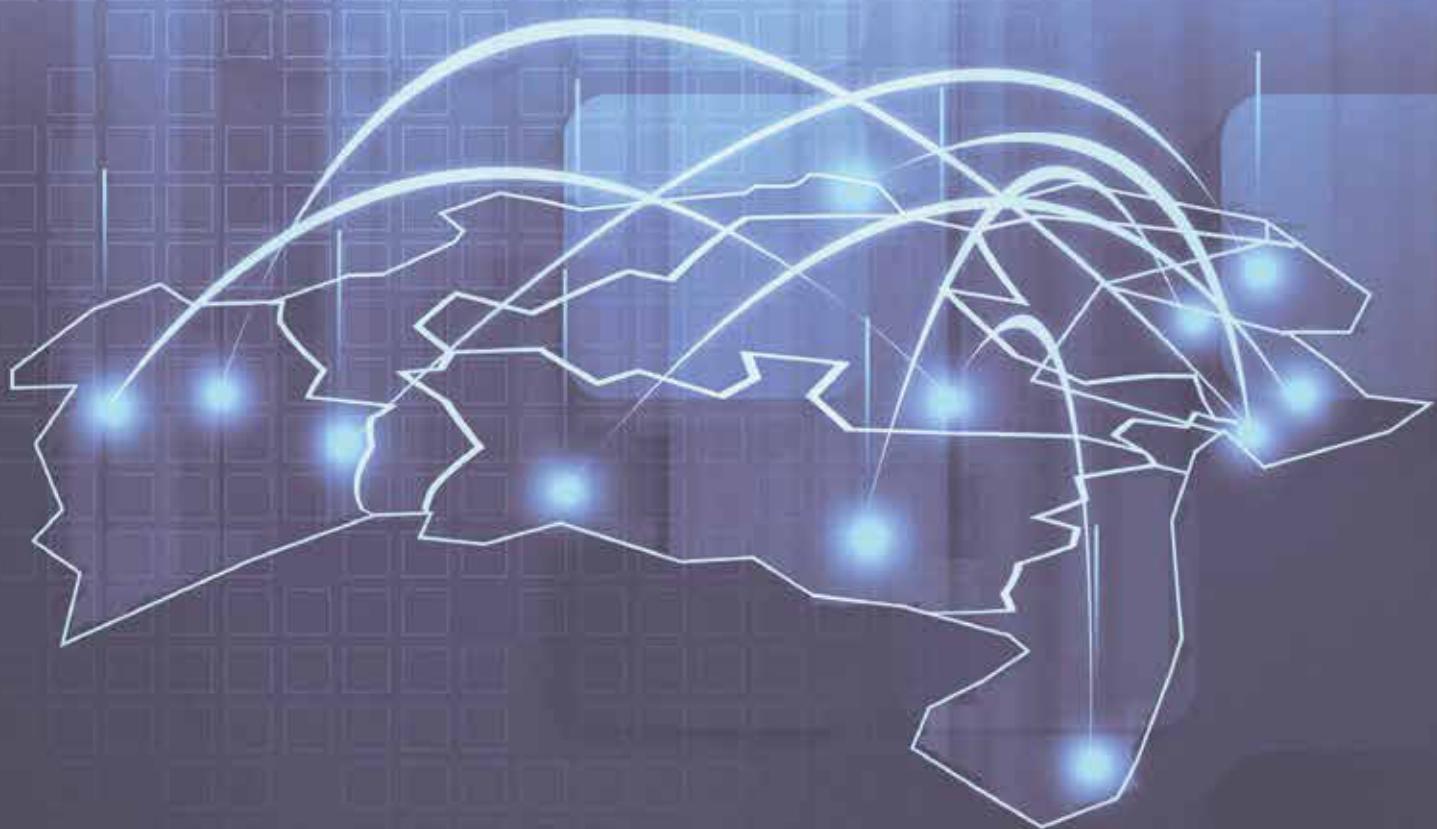
Programa	<b>Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade</b>				
Ementa	Fortalecer o controle externo estadual por meio de inovações que levem à agilidade e à qualidade das ações do TCE, contribuindo para o exercício do controle social, a fim de promover-se o aprimoramento da gestão pública estadual capaz de gerar resultados para a sociedade.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Nota de pesquisa de opinião sobre a percepção dos resultados gerados pelo TCE/BA para a sociedade	Positiva	pontos	2016	4,60	
- Percentual de atendimento às recomendações constantes de parecer prévio	Positiva	%	2018	8,33	
- Percentual de recolhimento de débitos fixados pelo TCE/BA	Positiva	%	2018	1,25	
- Proporção de Atos de pessoal apreciados tempestivamente	Positiva	%	2018	48,00	
- Proporção de Auditorias Concomitantes apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	14,00	
- Proporção de cidadãos satisfeitos com a qualidade das respostas às demandas recebidas pela Ouvidoria	Positiva	%	2018	80,00	
- Proporção de consultas apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	43,00	
- Proporção de Contas de Governo apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00	
- Proporção de Denúncias apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	49,00	
- Proporção de Embargos de Declaração julgados Tempestivamente	Positiva	%	2018	45,00	
- Proporção de Medidas Cautelares julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00	
- Proporção de Processos de Contas julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	46,00	
- Proporção de Reclamações apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	14,00	
- Proporção de Recursos julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	4,00	
- Proporção de Termos e Prestação de Contas de Convênio e Ajustes Congêneres julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	12,00	
- Valor recebido pelo estado com a compensação previdenciária	Positiva	R\$ (milhões)	2018	320,90	
<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 701.864.000</b>				
<b>Compromisso</b>	Promover o aprimoramento da gestão pública estadual em benefício da sociedade				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado				
<b>Iniciativa</b>					<b>Órgão Responsável</b>
- Realizar ações de capacitação para gestores e servidores públicos					TCE
- Realizar ações interdisciplinares de acompanhamento de áreas, programas ou políticas públicas					TCE
<b>Compromisso</b>	Exercer as atividades de auditoria, apreciação, julgamento e monitoramento das decisões do Controle Externo				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado				

Programa	Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Assegurar o cumprimento dos serviços e resultados do controle externo	TCE	
<b>Compromisso</b>	Contribuir para o exercício do controle social	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Realizar ações de aproximação com o cidadão	TCE	
- Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência	TCE	
- Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados	TCE	
<b>Compromisso</b>	Aprimorar os processos de trabalho	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Implementar gestão de processos de trabalho	TCE	
- Implementar gestão de projetos	TCE	
<b>Compromisso</b>	Promover gestão orientada para pessoas e resultados	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Realizar a gestão de pessoas orientada para resultados	TCE	
- Realizar concurso público	TCE	
- Implementar o modelo de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas	TCE	
<b>Compromisso</b>	Ampliar o uso dos sistemas de informação	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Intensificar o uso de recursos de inteligência para geração de informações estratégicas	TCE	
- Aprimorar o uso de tecnologia da informação na gestão organizacional e nas ações de controle externo	TCE	
<b>Compromisso</b>	Modernizar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos de forma sustentável	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Prover infraestrutura nas unidades do TCE	TCE	
- Adotar práticas de sustentabilidade	TCE	
- Aparelhar as unidades do Órgão	TCE	



PROGRAMA

# CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL



## CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL

Durante muito tempo, os Tribunais de Contas se destacaram pela atuação da aplicação da atividade de auditoria de acordo com as normas legais. Entretanto, atualmente esse tipo de prática não tem se mostrado suficiente para exercer o controle da despesa pública. Resultados recentes confirmam a urgência no foco dos resultados das políticas públicas municipais, sem o afastamento do devido processo da legalidade.

Constatada a urgência de mudanças nas práticas de padrão fiscalizatório, visando aliar a efetividade de avaliação das políticas públicas e as atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, verificou-se a necessidade de implantação de uma ferramenta gerencial capaz de auxiliar os agentes públicos nas ações de planejamento, controle e correção.

Nessa esteira, não podemos deixar de evidenciar a concretização do plano de Fiscalização da Educação realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, cujo objetivo consiste no acompanhamento e controle dos planos municipais de educação para que estes possam alcançar suas metas e indicadores estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O foco no controle da educação constitui-se um importante fator de controle externo e para tanto o TCM realizou parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), visando a validação da metodologia adotada no Índice de Performance da Educação nos Municípios (IPEM). O IPEM é uma ferramenta de gestão concebida para acompanhar o conhecimento da educação pública no Estado da Bahia, que permite ao gestor analisar o desempenho do município na adoção de boas práticas de gestão, além de orientar a aplicação dos recursos da educação.

Aliado a essa questão social, deve-se ressaltar o momento atual marcado pela evolução da Era Digital. Assim o que se procura é um olhar para um futuro mais próximo, marcado pelos avanços que poderão ser conquistados a partir de uma nova realidade virtual.

A atividade de auditoria na Era Digital, passa pelo processamento de vultosas informações, onde se extraí conhecimentos úteis à gestão pública. O papel de fiscalização torna-se cada vez mais presente graças à inteligência artificial. Sem contar que as citadas práticas inovadoras são uma importante ferramenta de fiscalização no combate ostensivo da corrupção.

Como forma de integração a esse novo conceito de evolução digital, o TCM tem realizado importantes melhorias na utilização de sistemas com a implantação do e-tcm em processos, reduzindo, dessa forma, a circulação de documentos impressos.

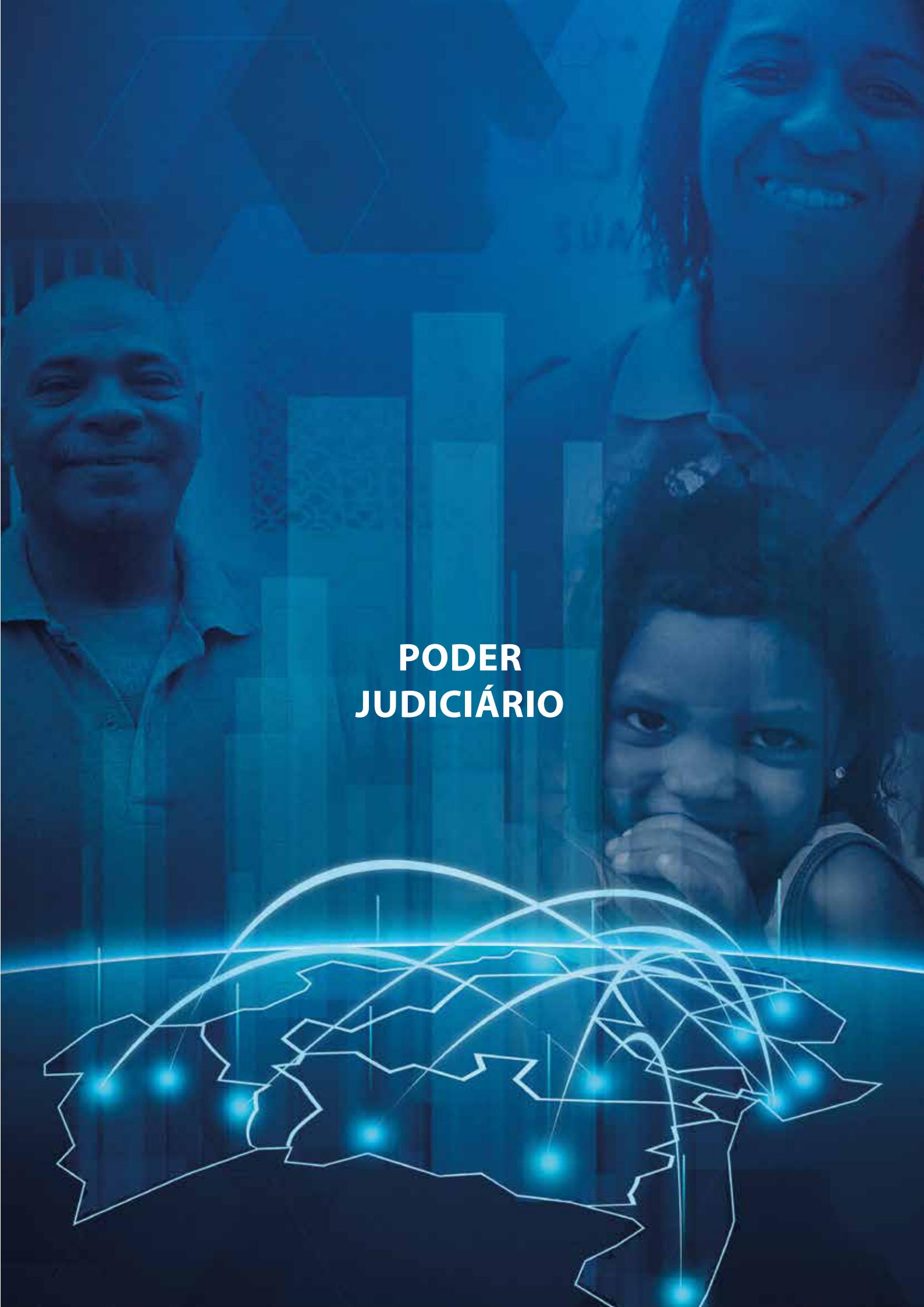
Atualmente, todo o processo de prestação de contas mensais é realizado exclusivamente através de uma plataforma eletrônica, responsável pelo gerenciamento de envio das informações, que além de agilizar as etapas do fluxo processual, facilita a comunicação com os jurisdicionados.

Cabe ressaltar também a utilização do Business Intelligence (BI) que consiste em mais uma nova plataforma para auxiliar na transformação de dados brutos em informações gerenciais que visem a tomada de decisões.

Pelo exposto, podemos afirmar que a contribuição dos Tribunais de Contas tem ido muito além da função fiscalizatória. O controle externo possui uma importante função de educação junto aos jurisdicionados, onde muito mais do que a aplicação de sanções, a função instrutiva serve como importante instrumento para que as ações dos gestores sejam compatíveis com os interesses da sociedade.

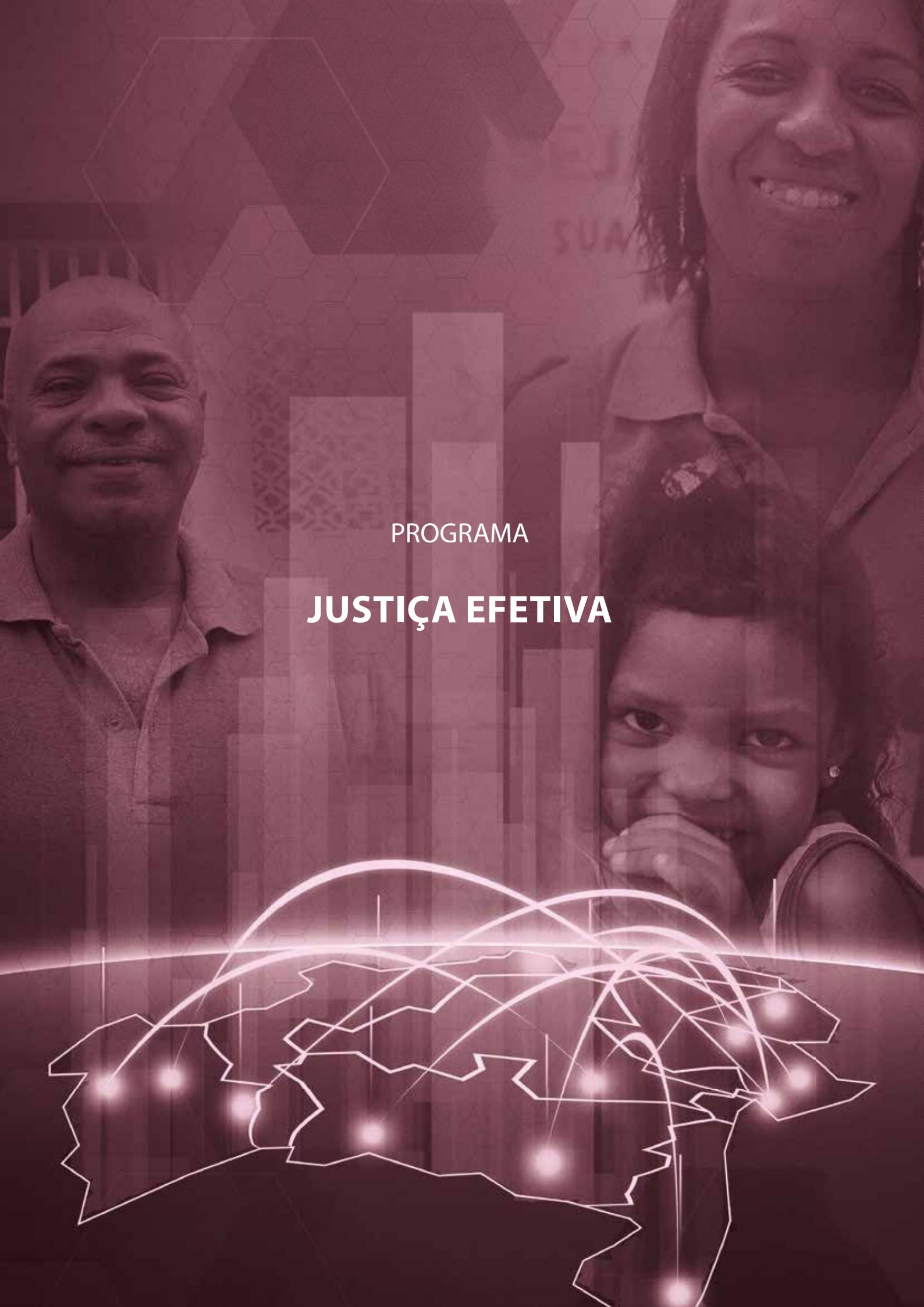
Programa	Controle Externo Municipal				
Ementa	Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania, assegurando a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas municipais, bem como da gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e conhecimentos.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Valor
			Ano	Valor	
- Percentual de contas apreciadas e julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	96,00	
- Quantidade de auditorias e inspeções realizadas	Positiva	un	2018	77,00	
- Quantidade de auditorias temáticas realizadas	Positiva	un	2018	1,00	
- Quantidade de eventos voltados para o jurisdicionados	Positiva	un	2018	4,00	
Recursos do Programa	R\$ 428.312.000				
Compromisso	Contribuir para o fortalecimento e efetividade das políticas públicas municipais com controle social				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					
- Realizar campanhas e eventos educativos para cidadãos, conselhos e entidades civis representantes dos municípios					
- Aprimorar serviços de Ouvidoria					
- Promover eventos de capacitação técnica para os jurisdicionados					
Compromisso	Aprimorar modelo de governança institucional				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					
- Desenvolver programa de capacitação continuada					
- Implementar plano estratégico					
- Implementar redesenho de processos administrativos					
- Implementar projeto de avaliação dos processos administrativos					
- Desenvolver programa de qualidade de vida do servidor					
- Gerir Escola de Contas					
Compromisso	Aperfeiçoar os processos e sistemas de informação, fiscalização e auditoria das contas				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					
- Melhorar os processos e sistemas de informação do controle externo					
- Implantar sistemas de monitoramento das decisões do Pleno					
- Implantar o uso da inteligência artificial					
Compromisso	Exercer as atividades de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				

Programa	Controle Externo Municipal	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Assegurar o cumprimento das atividades de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais	TCM	
<b>Compromisso</b>	Modernizar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos de forma sustentável	
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Prover infraestrutura física nas unidades do órgão	TCM	
- Adotar estratégias de sustentabilidade	TCM	
- Aparelhar as unidades do órgão	TCM	



# PODER JUDICIÁRIO





PROGRAMA

# JUSTIÇA EFETIVA



## JUSTIÇA EFETIVA

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), assim como os demais segmentos institucionais da sociedade, vem sofrendo exponenciais mudanças em sua história mais recente, em face do empoderamento das minorias, das inovações tecnológicas da informação e da comunicação e de novas demandas dos seus globalizados cidadãos. Um cenário que traz fortes questionamentos e enormes desafios às estruturas tradicionais de gestão, o que vem obrigando o repensar e o ajustar da organização e do funcionamento dos órgãos públicos na oferta de seus serviços e no perfil de seu atendimento, com vistas ao desenvolvimento de uma governança responsável e compartilhada, o que denota e enseja a construção de uma nova gestão pública, inserida no contexto democrático e no contínuo exercício da cidadania, com irrestritas transparência, participação e colaboração.

A Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 30 de dezembro de 2004, também conhecida como Reforma do Judiciário, de forma responsável e observante da segurança jurídica, impõe ao TJBA a necessidade de se possuir uma dinâmica mais célere, eficiente, eficaz e efetiva em sua operacionalidade, vez que envolve a gestão das ações e os seus resultados, onde a cada mudança no ambiente interno ou no externo, novo diagnóstico pode vir a ser necessário e, em consequência disso, novas decisões devem ser tomadas, num ciclo contínuo de ajustes e melhorias.

O TJBA tem hodiernamente como desafio o enfrentamento à entrada de cerca de 1,3 milhão de casos novos anuais, num crescimento médio de 10% a.a. desde 2014, com uma taxa de congestionamento de 66,1%, ou seja, 8,4 p.p. abaixo da média nacional da Justiça Estadual, em um cenário que ainda é possível atender de forma plena aos jurisdicionados e operadores do direito, estando presente em 203 Comarcas (Municípios-Sede) do Estado da Bahia, com um total de 728 Unidades Judicárias. Entretanto, projeções deste cenário indicam que para os próximos 4 (quatro) anos, mantendo-se o ritmo de crescimento de sua demanda, o TJBA poderá ter que arrostar 1,7 milhões de casos novos, o que corresponderia ao dobro do que ocorreu em 2014, o que poderá comprometer o tempo e a qualidade do atendimento à população, mesmo que sejam crescentes os indicadores de produtividade de magistrados e servidores.

A evolução da sua gestão estratégica se apresentará quando observada a incorporação na execução daquilo quanto planejado no cenário de implantação das iniciativas determinadas ao alcance de metas estabelecidas para o próximo quadriênio, o qual ilustrará não apenas o contexto de avanços, mas também a necessidade de mudanças de rumos e, neste ínterim, o processo de amadurecimento institucional, e, ainda mais importante, quando aferida, a manutenção da plena satisfação daqueles que utilizam ou consomem seus produtos e/ou serviços.

Programa	Justiça Efetiva									
Ementa	Assegurar o acesso ao sistema de justiça, atendendo aos preceitos constitucionais pelo aprimoramento da prestação jurisdicional e de seus serviços auxiliares, tornando-os mais eficientes, eficazes e efetivos pelo uso massivo de tecnologia da informação e comunicação e pelo desenvolvimento da governança corporativa aberta, responsável e compartilhada com a sociedade.									
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência							
- IC-PJBA - Índice de Confiança no Poder Judiciário do Estado da Bahia	Positiva	un	Ano	2017	4,90					
Recursos do Programa	<b>R\$ 8.473.800,000</b>									
<b>Compromisso</b>	Assegurar o acesso à justiça, à cidadania e à responsabilidade socioambiental									
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Justiça									
<b>Meta</b>	Ampliar o número de beneficiados pelas ações sociais, de inclusão e de cidadania no acesso ao sistema de justiça									
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ								
	<b>Valor de Alcance</b>	130,00 %								
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>							
		2018	100,00 %							
<b>Meta</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Valor de Alcance</b>						
	Estado			130,00 %						
	Expandir o número de atendimentos realizados por meios alternativos de acesso à justiça									
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ								
	<b>Valor de Alcance</b>	130,00 %								
<b>Meta</b>	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>							
		2018	100,00 %							
	<b>Território de Identidade</b>			<b>Valor de Alcance</b>						
	Estado			130,00 %						
	Implantar as ações do Plano de Logística Sustentável (PLS)									
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	TJ								
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %								
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>							
		2018	50,00 %							
	<b>Território de Identidade</b>			<b>Valor de Alcance</b>						
Estado			100,00 %							
Iniciativa										
- Realizar ações de reconhecimento de paternidade										
- Prover as condições de acessibilidade e inclusão exigidas legalmente										
- Apoiar entidade social										
- Apoiar o serviço de justiça										
- Promover ações de inclusão social										
Órgão Responsável										
TJ										
TJ										
TJ										
TJ										
TJ										

Programa	Justiça Efetiva				
- Implantar as ações do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário	TJ				
- Ofertar sistemas virtuais de atendimento aos jurisdicionados e operadores do direito	TJ				
- Aprimorar o atendimento à Política de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	TJ				
- Promover evento institucional	TJ				
- Assegurar os serviços de justiça itinerante	TJ				
- Promover o serviço de perícias gratuitas	TJ				
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a eficiência da prestação jurisdicional				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Justiça				
<b>Meta</b>	Aperfeiçoar a eficiência na prestação jurisdicional				
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ			
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2018	98,00 %		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>		
Estado		100,00 %			
<b>Iniciativa</b>					
- Desenvolver as atividades correicionais e de fiscalização em unidades judiciais	TJ				
- Implementar o Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE	TJ				
- Implementar o Plano Diretor das Unidades Judiciais do 1º Grau	TJ				
<b>Compromisso</b>	Desenvolver a governança corporativa				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Justiça				
<b>Meta</b>	Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas				
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ			
	<b>Valor de Alcance</b>	80,00 %			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2017	75,00 %		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>		
Estado		80,00 %			
<b>Meta</b>	Aprimorar a comunicação institucional e social do Poder Judiciário				
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ			
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2018	60,00 %		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>		
Estado		100,00 %			

Programa	Justiça Efetiva		
<b>Meta</b>	Implantar a política institucional de governança do Poder Judiciário		
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ	
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %	
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
		2018	0,00 %
<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		100,00 %	
<b>Meta</b>	Implementar o plano de execução e monitoramento de obras		
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ	
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %	
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
		2018	50,00 %
	<b>Território de Identidade</b>		
	Irecê	6,00 %	
	Chapada Diamantina	4,00 %	
	Sisal	2,00 %	
	Litoral Sul	2,00 %	
	Baixo Sul	4,00 %	
	Extremo Sul	6,00 %	
	Sertão do São Francisco	4,00 %	
	Bacia do Rio Grande	4,00 %	
	Bacia do Paramirim	2,00 %	
	Sertão Produtivo	4,00 %	
	Piemonte do Paraguaçu	4,00 %	
	Piemonte da Diamantina	6,00 %	
	Semiárido Nordeste II	2,00 %	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	2,00 %	
<b>Meta</b>	Portal do Sertão	8,00 %	
	Sudoeste Baiano	4,00 %	
	Recôncavo	10,00 %	
	Médio Rio de Contas	4,00 %	
	Metropolitano de Salvador	20,00 %	
<b>Meta</b>	Costa do Descobrimento	2,00 %	
	Implementar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Universidade Corporativa		
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ	
	<b>Valor de Alcance</b>	100,00 %	
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
		2018	35,00 %

Programa	Justiça Efetiva		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>
	Estado 100,00 %		
<b>Meta</b>	Implementar o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC)		
	<b>Órgão Responsável</b>	TJ	
	<b>Valor de Alcance</b>	90,00 %	
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
		2018	60,00 %
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>
	Estado 90,00 %		
Iniciativa			
- Prover a infraestrutura das unidades judiciárias			TJ
- Implantar programa de gestão de competências			TJ
- Realizar concurso público			TJ
- Implementar o programa de modernização e aparelhamento das unidades judiciárias			TJ
- Implantar a TV Justiça			TJ
- Implantar o Sistema de Gestão de Pessoas - Projeto Populus			TJ
- Modernizar os serviços da tecnologia da informação e comunicação			TJ
- Realizar campanha de publicidade institucional			TJ
- Implantar Programa de Governança Corporativa			TJ
- Promover a capacitação de Magistrados e Servidores			TJ
- Aperfeiçoar o serviço de segurança de Magistrados e Servidores			TJ
<b>Compromisso</b>	Assegurar o cumprimento dos serviços de justiça prestados pelos Magistrados e Servidores		
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Justiça		
Iniciativa			
- Assegurar o cumprimento dos serviços do sistema de justiça			TJ



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO







PROGRAMA

**DEFESA DA  
SOCIEDADE E  
PROMOÇÃO DA  
CIDADANIA**





## DEFESA DA SOCIEDADE E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A missão do Ministério Público é defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena. Tal mister decorre da Constituição Federal de 1988, que desvinculou a Instituição do Poder Executivo e garantiu-lhe atribuições para além do papel de parte no processo penal. Com efeito, a Carta Cidadã incumbiu o Ministério Público de atuar na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, além de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos coletivos e sociais, assegurada à Instituição a autonomia funcional, orçamentária e administrativa.

Agente de promoção social, defensor da legalidade e da constitucionalidade, o Ministério Público atua, desde então, para além do processo, agindo de forma sistêmica nos mais diversos níveis e espaço, local, regional, nacional, estatal e comunitário.

Nesse sentido, é cediço que o Parquet mantém diálogo contínuo e articulado com os mais distintos grupos e seguimentos sociais, agindo em prol da inclusão e da participação social, tanto nos processos de formulação, elaboração e implementação de políticas públicas, como na resolução de conflitos individuais e coletivos, por meio de instrumentos legais tais como: audiências públicas; recomendações; termos de ajustamento de conduta; ações civis públicas, dentre outros.

Na esteira da necessidade de acompanhar as mudanças sociais, o Ministério Público tem atuado com ênfase na resolução extrajudicial de conflitos, notadamente no que é pertinente aos de natureza cível, numa linha institucional que se mostra mais resolutiva e consentânea com o seu moderno perfil constitucional.

O Ministério Público não compõe os Poderes da República (Legislativo, Judiciário, Executivo), sendo uma Instituição autônoma, que integra e fiscaliza a atuação estatal nas suas diversas áreas de atuação, velando pela regularidade e transparência dos gastos públicos, pela eficiência dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente e, em síntese, pelo plexo fundamental de direitos e garantias consagrados pela Constituição Federal; tudo sempre na perspectiva da resolução concreta e eficiente das questões em menor tempo e custo social possíveis, agindo legalmente com base em dados, informações e conhecimentos obtidos no desempenho do seu mister.

Uma atuação com essa amplitude e resolutividade demanda um planejamento respaldado em ferramentas capazes de ordenar e sistematizar os eixos estruturantes das respectivas ações. Aqui exsurge o Plano Plurianual (PPA) que, enquanto instrumento de médio prazo, estabelece, de forma legal e regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas a serem cumpridas em quatro anos pela atuação estatal em sentido amplo, através dos três Poderes e Instituições correlatas, a exemplo do próprio Ministério Público.

O PPA é, portanto, uma ferramenta legal que prevê o cumprimento de ações para viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas voltadas à efetivação de direitos e garantias fundamentais, cujo titular é a

sociedade. Destarte, cabe aos Poderes Públicos não apenas planejar tais políticas, mas também empreender esforços para assegurar a efetividade dos resultados projetados, notadamente em termos de atendimento aos anseios sociais.

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) tem sua atuação, das áreas meio e fim, inclusa no PPA/2020-2023, alinhada ao seu Planejamento Estratégico/2011-2023 e às diretrizes normativas do CNMP.

A atuação ministerial prevista no Plano Plurianual demonstra o esforço e empenho institucional de planejar de forma estratégica o acompanhamento e a contínua fiscalização das políticas públicas, atendendo os legítimos interesses sociais, ao aprimorar suas ações de modo a conferir ainda mais eficiência aos serviços que oferta à sociedade no cumprimento de sua missão constitucional.

O MPBA busca aperfeiçoar e estruturar continuamente o exercício da sua missão institucional, promovendo as medidas necessárias à garantia do efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos e garantias assegurados na Constituição e aos legítimos anseios da sociedade. Para tanto, os compromissos e suas respectivas iniciativas estão devidamente organizados em 12 (doze) estratégias que serão concretizadas a partir da adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, inclusive em parceria com os demais órgãos de controle e instituições correlatas, para:

- 1.** Promover a Defesa da Educação Pública de Qualidade, de forma a assegurar a sua promoção e oferta em toda Bahia, em especial o acesso à educação básica e profissional de nível médio e à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, além do combate ao analfabetismo;
- 2.** Promover a Defesa da Saúde Pública de Qualidade, com o fito de fiscalizar o acesso universal e igualitário, assim como o repasse e a aplicação das verbas e a implantação e aprimoramento de políticas públicas que afetam a saúde da população em todo o estado;
- 3.** Promover a Defesa da Probidade da Gestão Pública, mediante: salvaguarda do patrimônio público; combate à improbidade administrativa, à aplicação irregular das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor e aos desvios de recursos, bem como fomentar a transparência da gestão pública e enfrentar crimes contra a administração pública;
- 4.** Promover a Proteção da Criança e do Adolescente, especialmente no combate ao abuso, a violência, a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de substâncias psicoativas, o sub-registro de nascimentos, além de fiscalizar o trabalho do adolescente e os programas de aprendizagem;
- 5.** Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor, combatendo o abate e a comercialização clandestina de animais e seus derivados, a formação de cartéis de combustíveis no estado; além de fiscalizar as operadoras de planos de saúde suplementar e a qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos ao consumidor;
- 6.** Promover a Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, através do fomento a efetivação dos direitos humanos, com ênfase nas questões de igualdade de gênero, raça, bem assim no combate à intolerância religiosa, na proteção de vulneráveis, especialmente a população de rua, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais e na fiscalização das entidades do Terceiro Setor;
- 7.** Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social de maneira a contribuir no processo de aprimoramento da atuação preventiva e articulada entre os órgãos do sistema de defesa social, bem

como promover um modelo de segurança pública mais eficiente no combate ao crime organizado e os crimes econômico-tributários, além de promover o aperfeiçoamento do processo de execução penal, do sistema penitenciário e do controle externo da atividade policial;

**8.** Promover a Defesa do Meio Ambiente, com destaque a ações que promovam preventivamente o desenvolvimento sustentável dos biomas na Bahia, a defesa do patrimônio artístico, histórico, paisagístico e a promoção da ordem urbanística e de mobilidade;

**9.** Aperfeiçoar a Atuação Institucional, especialmente a promoção de parcerias estratégicas voltadas ao cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento de ações e de processos que favoreçam a integração, o fortalecimento da imagem perante a sociedade, o fomento à atuação extrajudicial na solução de conflitos sociais, de forma a aperfeiçoar o monitoramento da eficácia e da efetividade da atuação do MPBA;

**10.** Aperfeiçoar a Gestão Administrativa por meio de ações que promovam a sustentabilidade orçamentária e financeira, o fortalecimento dos controles internos, a atuação em rede, a descentralização de processos, bem como a ampliação e melhoria da infraestrutura física e tecnológica, dos serviços administrativos, alinhada às necessidades e objetivos institucionais;

**11.** Aperfeiçoar a Política de Gestão de Pessoas baseada no estabelecimento de princípios e diretrizes capazes de integrar os mais diversos aspectos técnicos e comportamentais dos seus integrantes, em especial a promoção de políticas baseadas na qualificação permanente, de modo a contribuir efetivamente na melhoria do atendimento prestado à sociedade;

**12.** Prover o cumprimento da Atuação Ministerial de forma a adequar o quadro institucional ao efetivo atendimento às demandas sociais.

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania				
	Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
				Ano	Valor
Ementa	Defender a sociedade e o regime democrático, a fim de promover o respeito aos direitos fundamentais e aos interesses sociais para garantia da cidadania plena, mediante a promoção e o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, da Saúde e da Educação Públicas, da Proteção à Criança e ao Adolescente, do exercício da Cidadania, da Probidade na Gestão Pública, do Meio Ambiente e dos direitos do Consumidor, além de aprimorar a Atuação Institucional e a Gestão Administrativa, com foco nas pessoas, em constante processo de melhoria tecnológica e funcional.				
- Número de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	107,00	
- Quantidade de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas	Positiva	un	2018	513,00	
- Quantidade de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	2.304,00	
- Quantidade de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	1.868,00	
- Quantidade de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	6.406,00	
- Quantidade de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	9.790,00	
- Quantidade de atividades de assessoramento técnico para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	320,00	
- Quantidade de cursos, palestras, seminários, workshops, oficinas, mesas-redondas, reuniões, atividades culturais, dentre outras ações voltadas para a capacitação de membros e servidores nos diversos aspectos para o aprimoramento do MP-BA	Positiva	un	2018	104,00	
- Quantidade de inquéritos policiais analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	71.289,00	
- Quantidade de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	103,00	
- Quantidade de municípios do estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias	Positiva	un	2018	32,00	
- Quantidade de municípios do estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia móvel e internet implementada	Positiva	un	2018	0,00	
- Quantidade de notícias e campanhas publicitárias divulgadas pelos veículos de comunicação social sobre o MP-BA	Positiva	un	2018	2.860,00	
- Quantidade de pessoas alcançadas pelas ações de comunicação do MP-BA	Positiva	un	2018	2.080,00	
- Quantidade de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	39.157,00	
- Quantidade de processos sobre drogas analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	15.349,00	

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania							
- Quantidade de Promotorias do Ministério Público do Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado	Positiva	un	2018	13,00				
- Quantidade de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada	Positiva	un	2018	14,00				
- Quantidade de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	229,00				
<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 2.218.481.000</b>							
<b>Compromisso</b>	Promover a defesa da educação pública de qualidade							
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público							
<b>Meta</b>	Adotar medidas para garantir o acesso e a qualidade da educação pública							
	<b>Órgão Responsável</b>	MPE						
	<b>Valor de Alcance</b>	600 un						
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>					
		2018	123 un					
<b>Meta</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>					
	Estado		600 un					
	Qualificar a atuação finalística em defesa da educação							
	<b>Órgão Responsável</b>	MPE						
	<b>Valor de Alcance</b>	7.500 un						
<b>Iniciativa</b>	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>					
		2018	1.827 un					
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>					
	Estado		7.500 un					
	<b>Órgão Responsável</b>							
- Promover a estruturação e a especialização da atuação na promoção e oferta de educação pública de qualidade					MPE			
- Articular ações para assegurar a oferta e o acesso à educação básica e profissional de nível médio, e educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino					MPE			
- Promover ações de combate ao analfabetismo na Bahia					MPE			
<b>Compromisso</b>	Promover a defesa da saúde pública de qualidade							
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público							

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania			
		Qualificar a atuação finalística com ênfase na resolutividade e nas medidas que objetivem a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS)		
<b>Meta</b>	Órgão Responsável	MPE		
	Valor de Alcance	4.000 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	1.344 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		4.000 un		
<b>Iniciativa</b>			Órgão Responsável	
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da defesa da saúde pública			MPE	
- Fiscalizar o acesso universal e igualitário a serviço público de saúde com qualidade			MPE	
- Fiscalizar o repasse e a aplicação das verbas destinadas à Saúde			MPE	
- Fomentar a implantação de políticas públicas e o aprimoramento das já existentes que afetam à saúde da população			MPE	
<b>Compromisso</b>				
Promover a defesa da probidade na gestão pública				
<b>Órgão Responsável</b>				
Ministério Público				
		Qualificar a atuação finalística com ênfase na resolutividade e nas medidas que objetivem a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa		
<b>Meta</b>	Órgão Responsável	MPE		
	Valor de Alcance	6.000 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	1.499 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		6.000 un		
<b>Iniciativa</b>			Órgão Responsável	
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento do combate à improbidade administrativa e a defesa do patrimônio público			MPE	
- Promover a transparência das gestões e contas públicas			MPE	
- Aperfeiçoar a persecução dos crimes contra a administração pública			MPE	
- Aperfeiçoar o combate à aplicação irregular das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor			MPE	
- Combater os desvios de recursos destinados à saúde e educação públicas			MPE	
<b>Compromisso</b>				
Promover a defesa do meio ambiente				
<b>Órgão Responsável</b>				
Ministério Público				
		Otimizar ações para a proteção do meio ambiente e urbanismo		
<b>Meta</b>	Órgão Responsável	MPE		
	Valor de Alcance	60.980 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	15.245 un	

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania				
	Território de Identidade	Valor de Alcance			
	Estado	60.980 un			
Iniciativa					
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na defesa do meio ambiente	MPE				
- Promover a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos biomas	MPE				
- Promover a preservação do patrimônio histórico e cultural	MPE				
- Aperfeiçoar a prevenção e o combate às infrações penais ambientais	MPE				
Compromisso	Promover a proteção da criança e do adolescente				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Adotar medidas para garantir a proteção da criança e do adolescente				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	5.500 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	1.343 un		
Território de Identidade					
Estado	5.500 un				
Iniciativa					
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na proteção à criança e ao adolescente	MPE				
- Combater o sub-registro de nascimentos	MPE				
- Promover a prevenção e o combate ao uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes	MPE				
- Promover a prevenção e o combate ao abuso, à violência e à exploração sexual de criança ou adolescente	MPE				
- Promover o combate ao trabalho infantil e a fiscalização do trabalho do adolescente e dos programas de aprendizagem	MPE				
Compromisso	Promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Adotar medidas de aperfeiçoamento do sistema de segurança pública e defesa social				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	2.400 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	600 un		
Território de Identidade					
Estado	2.400 un				

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania				
		Otimizar ações ministeriais na área criminal			
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE			
	<b>Valor de Alcance</b>	460.000 un			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2018	115.000 un		
<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>			
Estado		460.000 un			
Iniciativa					
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da atuação na área criminal					
- Aperfeiçoar a atuação no enfrentamento ao crime organizado					
- Contribuir para a implantação de um modelo de segurança pública mais eficiente					
- Fomentar a atuação preventiva e articulada entre os órgãos do sistema de defesa social, no enfrentamento à criminalidade					
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da atuação no controle externo da atividade policial					
- Promover ações objetivando a melhoria da execução penal e do sistema penitenciário					
- Aperfeiçoar a prevenção e repressão aos crimes econômicos-tributários					
<b>Compromisso</b>	Promover a defesa da cidadania				
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público				
		Otimizar ações voltadas à garantia dos direitos humanos			
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE			
	<b>Valor de Alcance</b>	8.000 un			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2018	1.994 un		
<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>			
Estado		8.000 un			
Iniciativa					
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento da atuação na defesa da cidadania e dos direitos humanos					
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento das ações de prevenção e de enfrentamento às discriminações					
- Promover a articulação e fomento da implementação de políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos e redução das desigualdades					
- Promover a defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais					
- Promover a defesa dos direitos da pessoa idosa					
- Promover a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência					
- Promover a análise e o acompanhamento dos processos relativos à ocupação agrária e urbana, evitando abusos e atos de violência contra os cidadãos					
<b>Compromisso</b>	Promover a defesa dos direitos do consumidor				
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público				

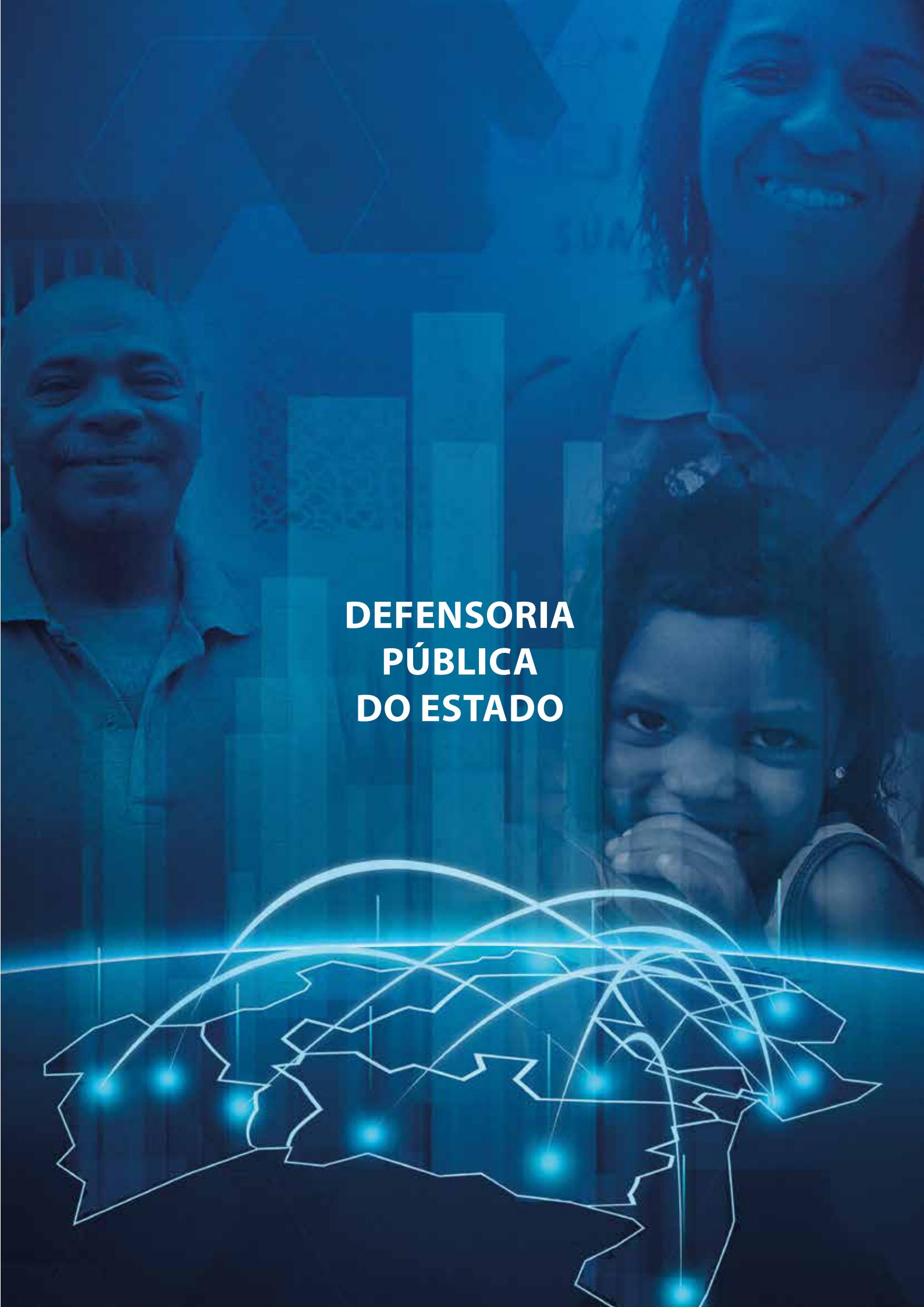
Programa	<b>Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania</b>					
	Otimizar a atuação ministerial na área consumerista					
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE				
	<b>Valor de Alcance</b>	6.200 un				
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>			
		2018	1.550 un			
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>			
	Estado		6.200 un			
<b>Iniciativa</b>			<b>Órgão Responsável</b>			
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na defesa do consumidor			MPE			
- Combater o abate e a comercialização clandestinos de animais e seus derivados			MPE			
- Fiscalizar as operadoras de planos de saúde suplementar			MPE			
- Promover o fomento e fiscalização do fornecimento, da continuidade e da qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos			MPE			
- Promover o combate à formação de cartéis de combustíveis			MPE			
<b>Compromisso</b>						
Aperfeiçoar a gestão administrativa						
<b>Órgão Responsável</b>						
Ministério Público						
<b>Meta</b>	Ampliar o processo de descentralização administrativa e financeira das Promotorias de Justiça Regionais do MP/BA					
	<b>Órgão Responsável</b>	MPE				
	<b>Valor de Alcance</b>	29 un				
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>			
		2018	14 un			
<b>Território de Identidade</b>			<b>Valor de Alcance</b>			
Estado			29 un			
<b>Meta</b>						
Aperfeiçoar a gestão administrativa para o atendimento das necessidades institucionais						
<b>Órgão Responsável</b>						
MPE						
<b>Valor de Alcance</b>						
55 un						
<b>Meta</b>	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>			
		2018	6 un			
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>			
	Estado		55 un			
	<b>Meta</b>					
Promover soluções de Tecnologia da Informação (TI)						
<b>Órgão Responsável</b>						
MPE						
<b>Valor de Alcance</b>						
48 un						
<b>Meta</b>	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>			
		2018	12 un			
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>			
	Estado		48 un			
	<b>Meta</b>					

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania				
Meta	Adquirir bens de Tecnologia da Informação (TI)				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	2.400 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	600 un		
Território de Identidade		Valor de Alcance			
Estado		2.400 un			
Iniciativa	Órgão Responsável				
- Alinhar a estrutura organizacional à formulação estratégica institucional e aos seus processos organizacionais	MPE				
- Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura física da instituição	MPE				
- Promover a ampliação e a melhoria de todos os serviços de apoio administrativo	MPE				
- Redimensionar e modernizar o Sistema de Atendimento ao Público e o serviço de protocolo	MPE				
- Promover a avaliação, o aperfeiçoamento e a consolidação das rotinas de trabalho	MPE				
- Melhorar o processo de gestão documental, inclusive com a ampliação do acesso e digitalização de documentos, atualização do acervo de normatização e padronização dos processos	MPE				
- Aperfeiçoar a gestão dos sistemas de suprimento, controle patrimonial e estoque	MPE				
- Promover a ampliação e a melhoria do sistema de transporte	MPE				
- Efetuar parcerias com os Poderes Executivo, Legislativo, judiciário e com a Defensoria Pública para suporte ao processo de modernização	MPE				
- Implantar novo modelo de gestão orçamentária e financeira, com ênfase na descentralização, celeridade e eficácia dos processos e do controle das operações	MPE				
- Promover a elaboração e a implementação de projeto para a implantação de um orçamento participativo e adequado às necessidades da Instituição	MPE				
- Promover a elaboração e a implementação de projeto para fortalecer os controles administrativos, em caráter preventivo, para maior segurança no cumprimento das exigências legais	MPE				
- Implantar sistemática de controle de contratos, convênios e licitações	MPE				
- Articular ações voltadas ao incremento orçamentário	MPE				
- Prover infraestrutura tecnológica atualizada, integrada e alinhada ao negócio	MPE				
- Promover a modernização e a implementação dos sistemas de informação que atendam às necessidades institucionais	MPE				
- Promover a Governança e a Gestão de TI	MPE				
Compromisso	Aperfeiçoar a atuação institucional				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Realizar atividades de apoio técnico para subsidiar a atuação finalística				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	3.800 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	862 un		
Território de Identidade		Valor de Alcance			
Estado		3.800 un			

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania			
		Divulgar a atuação institucional		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE		
	<b>Valor de Alcance</b>	27.000 un		
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	
		2018	6.136 un	
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		27.000 un		
		Qualificar as ações finalísticas voltadas à atuação nas áreas cível, eleitoral e do terceiro setor		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE		
	<b>Valor de Alcance</b>	121.184 un		
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	
		2018	30.296 un	
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		121.184 un		
		Orientar a atuação finalística fiscalizando o grau de efetividade e resolutividade das funções ministeriais		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE		
	<b>Valor de Alcance</b>	1.468 un		
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	
		2018	367 un	
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		1.468 un		
		Desenvolver ações de fortalecimento da gestão estratégica institucional		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE		
	<b>Valor de Alcance</b>	5.600 un		
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	
		2018	1.402 un	
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		5.600 un		
		Subsidiar as atividades dos órgãos de execução ao atendimento de informações e promoção da cultura de segurança institucional		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	MPE		
	<b>Valor de Alcance</b>	240.000 un		
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	
		2018	32.000 un	
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>	
Estado		240.000 un		

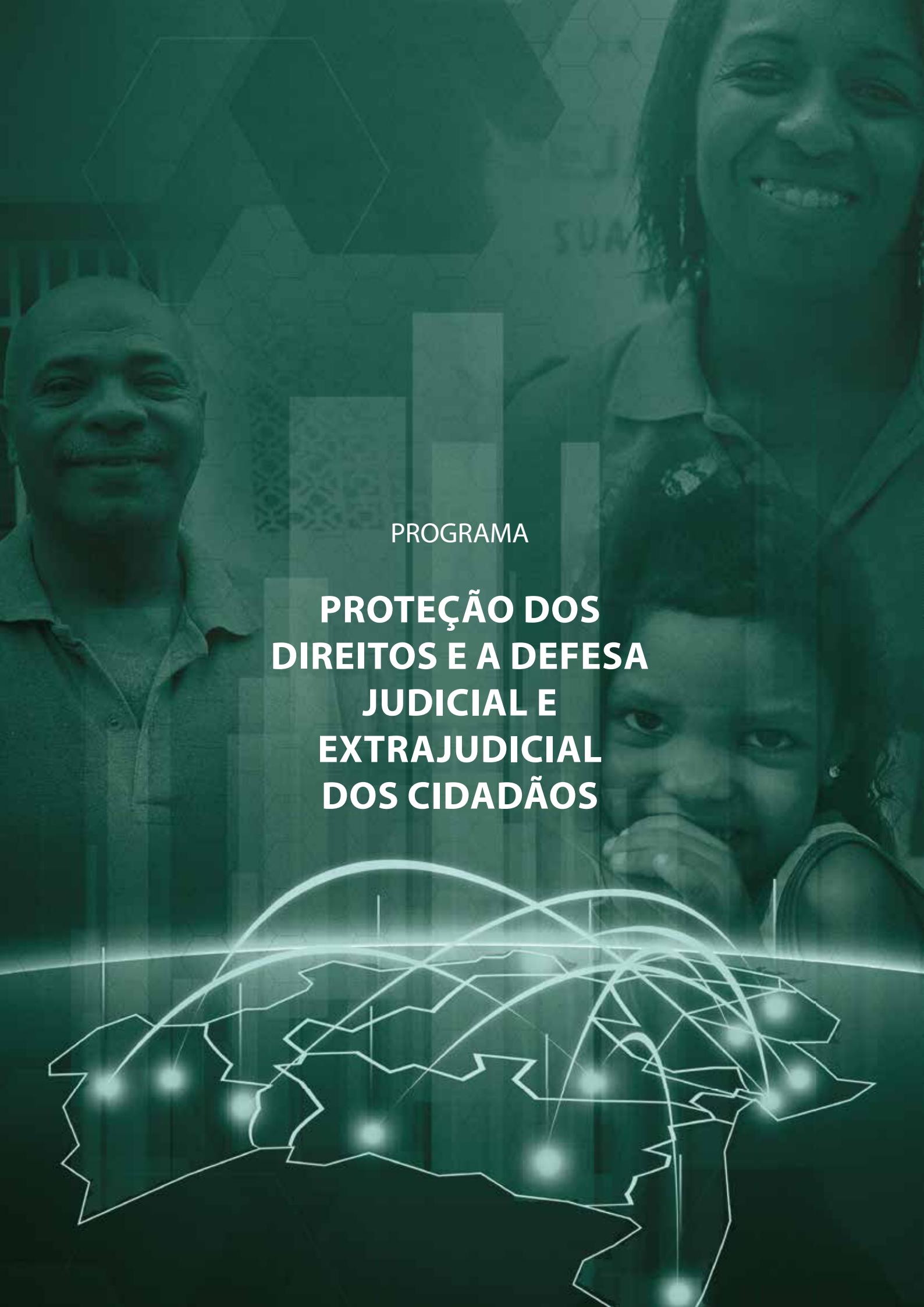
Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Promover a estruturação da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), para assessoramento ao PGJ, e a difusão de cultura de planejamento	MPE		
- Promover a adesão ao Plano Estratégico	MPE		
- Promover a implementação e o fortalecimento da gestão estratégica institucional	MPE		
- Estruturar a gestão do conhecimento	MPE		
- Promover a orientação e a estruturação dos órgãos de atuação finalística, segundo os posicionamentos estratégicos definidos no Plano	MPE		
- Promover a estruturação da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) para assessoramento direto ao PGJ, bem como para prestar suporte informacional aos órgãos de execução, nos assuntos de inteligência	MPE		
- Estabelecer parcerias para consecução de objetivos institucionais	MPE		
- Promover ações junto ao TJ/BA para melhoria e eficiência da atuação na prestação jurisdicional	MPE		
- Aprimorar as normas de organização e funcionamento das unidades administrativas e finalísticas	MPE		
- Promover estudos sobre a viabilidade de alteração da Lei Orgânica do MP/BA	MPE		
- Fomentar a atuação extrajudicial ou alternativa na solução de conflitos comunitários	MPE		
- Aperfeiçoar a atuação nas áreas cível, de família, de fundações, eleitoral e agrária	MPE		
- Aprimorar os sistemas de acompanhamento da atuação funcional dos membros do Ministério Público	MPE		
- Especializar a atuação da segunda instância	MPE		
- Promover ações voltadas para a observância do 'princípio da razoável duração do processo'	MPE		
- Estimular a utilização da biblioteca ampliando seus serviços informacionais	MPE		
- Promover a melhoria garantindo o monitoramento da eficácia e da efetividade da atuação finalística	MPE		
- Racionalizar as atribuições ministeriais	MPE		
- Aperfeiçoar a comunicação interna	MPE		
- Desenvolver ações e processos que favoreçam a integração intrainstitucional	MPE		
- Promover a estruturação e o aperfeiçoamento da comunicação social	MPE		
- Aperfeiçoar o relacionamento e a comunicação com a imprensa	MPE		
- Promover maior projeção e o fortalecimento da imagem junto à sociedade	MPE		
Compromisso	Aperfeiçoar a política de gestão de pessoas		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Aprimorar profissional e culturalmente os integrantes do MP/BA, aperfeiçoando a execução de seus serviços e a racionalização de recursos materiais		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	350 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	104 un
Território de Identidade	Valor de Alcance		
Estado	350 un		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Garantir a organização das pessoas no trabalho e a implantação de políticas fundamentais à retenção de talentos e ao desenvolvimento na carreira	MPE		
- Adequar o quantitativo e o qualitativo de membros e servidores	MPE		

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania
- Criar estímulos para os ocupantes do cargo de Coordenador de Promotorias de Justiça Regionais e Gerentes de Projetos Estratégicos Institucionais Finalísticos	MPE
- Implementar programa de capacitação permanente de membros e servidores	MPE
- Promover a implementação da gestão de pessoas, de forma integrada, aliando processos e informações da Diretoria de Gestão de Pessoas, do CEAF e da Secretaria-Geral do Ministério Público (SGMP)	MPE
- Implantar sistema de estágio compatível com as finalidades do instituto e com a legislação vigente	MPE
Compromisso	Prover o exercício do cumprimento da atuação ministerial
Órgão Responsável	Ministério Público
Iniciativa	Órgão Responsável
- Assegurar o cumprimento da atuação ministerial no Estado	MPE



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

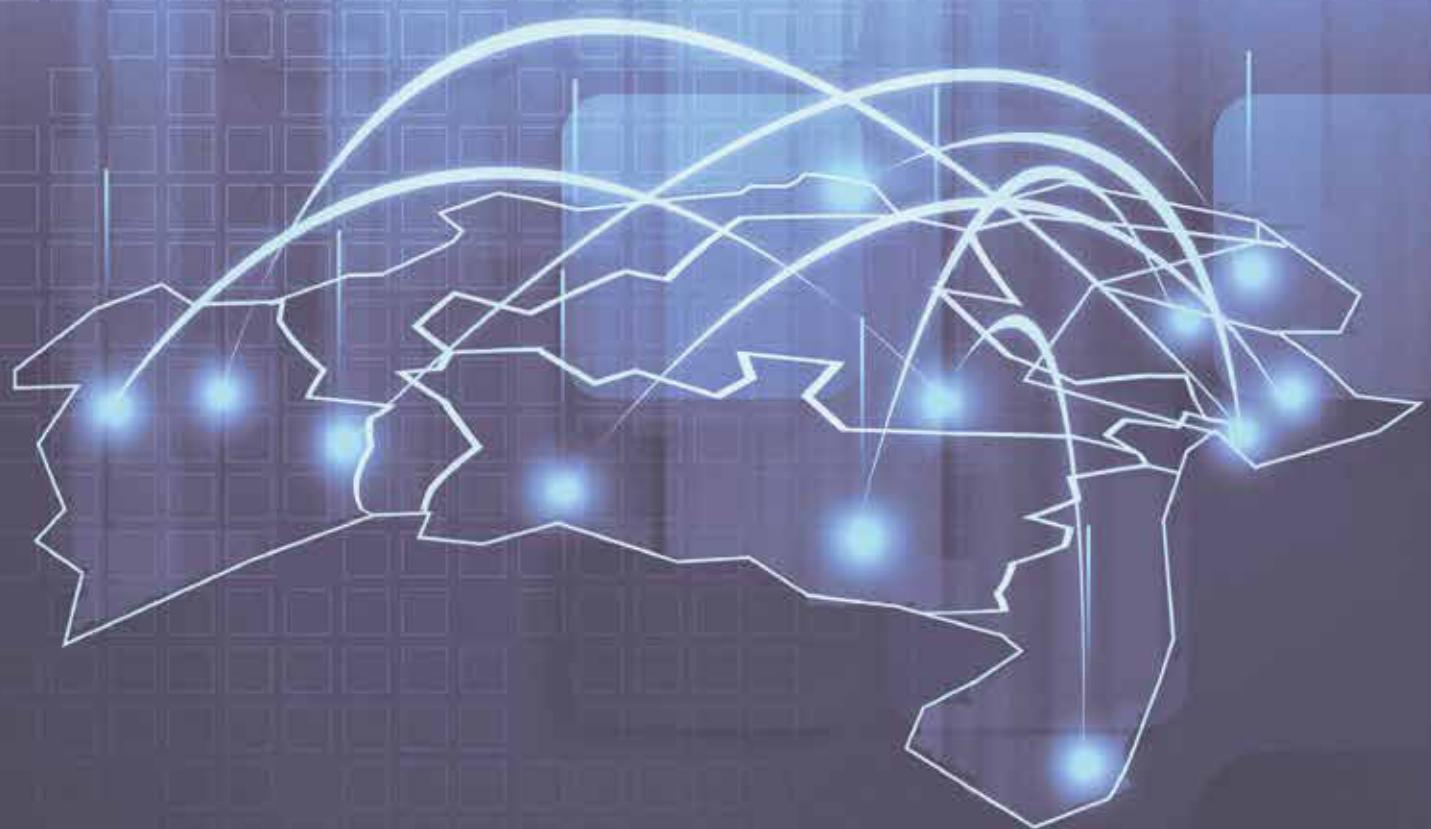




PROGRAMA

# PROTEÇÃO DOS DIREITOS E A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DOS CIDADÃOS





## PROTEÇÃO DOS DIREITOS E A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com atuação focada na redução das desigualdades, conflitos sociais e de violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletiva, através da assistência extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar, da prevenção e mediação de conflitos, valorizando a dignidade humana e promovendo o acesso à justiça.

Numa trajetória de 33 anos de história, a Defensoria Pública muito tem se empenhado na busca de colaborar para a formação de uma sociedade cada vez mais justa. Acumula muitas conquistas e marcos, como o atendimento de mais de um milhão de pessoas/ano desde 2016, aumento no quantitativo de defensor público, saindo no período de 2014 a 2019 de um quadro com 214 defensores públicos, presença em 24 comarcas e cobertura em 17 territórios de identidade, para 363 defensores públicos, presença em 38 comarcas e cobertura em 24 territórios de identidade, em junho/2019.

Apesar disso, o índice de abrangência dos serviços defensoriais encontra-se aquém do requerido para cumprimento ao que estabelece o Art. 98 da EC nº 80/2014, que prevê: "Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. § 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.

Recentemente, a Lei 46/2018 atualizou a Lei Nº 26/2006, permitindo mudanças, como o aumento do quantitativo do quadro de pessoal comissionado, a criação da Coordenação de Controle Interno e criação de novas Defensorias Públicas Regionais a partir de limites pré estabelecidos e disponibilidade orçamentária, dentre outras.

A DPE já demonstrou através de audiências públicas e reuniões institucionais ser a solução econômica para sanear contas públicas no tocante ao acesso à justiça e promoção de meios desjudicializantes.

Empenhados com a sua missão e valores, e pensando em ferramentas para subsidiar o fortalecimento de suas práticas de gestão o Programa "Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos", definido pela instituição para este PPA, reúne conforme metodologia específica, compromissos, metas e iniciativas que abarcam as ações finalísticas, tecnológicas e de gestão, alinhados ao Planejamento Estratégico 2016-2026, e consequentemente expressam o conjunto de prioridades, estratégias e desafios para atuação da DPE no ciclo deste PPA 2020 – 2023, mantendo a educação para os direitos humanos como norteador filosófico da sua atuação. Reforce-se que as prioridades apontadas contemplam ainda as proposições definidas no Plano de Gestão 2019/2021 e reforçam objetivos institucionais a serem concretizados.

Dentre as metas previstas, destaque-se como desafios a serem conquistados neste PPA a construção da sede, criação de Defensorias Especializadas e Regionais, conforme figura abaixo, a ampliação do quadro de Defensor, atualmente com 363 defensores públicos, aquém dos 583 previstos na Lei 26/2006, distante do previsto na EC nº 80/2014 acima mencionada, e a implantação do quadro de pessoal técnico e administrativo, uma lacuna a ser preenchida.



A prestação dos serviços mobiliza toda a estrutura da Instituição e ocorre através das Defensorias Públicas Especializadas de Família, da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cível e de Fazenda Pública, Criminal e de Execução Penal, Proteção aos Direitos Humanos e Itinerantes, Curadoria Especial, Idoso, Defensorias Públicas da Região Metropolitana de Salvador e das Defensorias Públicas Regionais de Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus com respectivas comarcas integrantes, bem como da atuação da Escola Superior, responsável pela capacitação de membros e servidores e pela seleção e capacitação de estagiários.



A Corregedoria Geral da Defensoria - CGD, instância que acompanha, fiscaliza e orienta a regularidade dos serviços da Instituição, estabelece meta e iniciativas para fortalecer atividades inerentes à sua função, para alcance da qualidade da atuação defensorial no Estado e essencial a eficiência, eficácia e efetividade institucional. A Ouvidoria Geral, pela sua atuação junto à sociedade civil de escutar e acolher as demandas populares exerce importante papel no fortalecimento institucional.

Para êxito do programa, imprescindível é o investimento na capacitação de membros e servidores assumido pela Escola Superior da Defensoria- ESDEP, que contempla dentre as suas prioridades o atendimento a outros públicos, de modo especial os considerados em situação de vulnerabilidade e os historicamente excluídos, pela crença no princípio da prática da educação dos direitos humanos como requisito à inclusão social.

Apesar da compreensão de um cenário de fortes restrições, a concretude do Programa dependerá de orçamento compatível às necessidades demandadas pelos compromissos, metas e iniciativas que incluem infraestrutura física, de pessoal, logística e tecnológica essenciais ao desempenho da instituição, bem como ao apoio a programas prioritários do governo.

Contudo, ressalte-se como fundamental, o comprometimento e esforços de defensores, de todo corpo gerencial e técnico para modernização e transparência da Instituição ante a sociedade, e uma gestão eficaz e eficiente no uso do recurso público como indispensável para alcance de resultados na prática missional.

A gestão persistirá em articulações e parcerias junto ao governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, a União dos Prefeitos da Bahia - UPB e outros órgãos e entidades, com foco em avanços na efetividade de suas ações, essencial à igualdade, a paz e justiça social.

Programa	<b>Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos</b>							
Ementa	Contribuir para redução das desigualdades sociais, através da prestação da assistência jurídica, integral e gratuita aos cidadãos necessitados, promovendo a expansão da cobertura da prestação de serviços nos territórios de identidade, o fortalecimento da visibilidade e transparência dos serviços oferecidos, foco na governança institucional, na gestão da tecnologia da informação e consequente valorização da gestão de membros e servidores.							
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência					
- Número índice de unidades defensoriais instaladas	Positiva	%	Ano	Valor				
<b>Recursos do Programa</b>		<b>R\$ 601.212.000</b>						
<b>Compromisso</b>	Prover o cumprimento da atuação judicial e extrajudicial							
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública							
<b>Iniciativa</b>					<b>Órgão Responsável</b>			
- Assegurar a continuidade das atividades defensoriais					DPE			
<b>Compromisso</b>	Prestar assistência jurídica integral e gratuita							
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública							
<b>Meta</b>	Ampliar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita							
	<b>Órgão Responsável</b>	DPE						
	<b>Valor de Alcance</b>	1.400.000 un						
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>					
		2018	1.266.544 un					
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Valor de Alcance</b>					
	Estado		1.400.000 un					
<b>Iniciativa</b>								
- Prestar atendimentos judiciais e extrajudiciais à população								
- Implantar Defensorias Públicas Especializadas								
- Implantar Defensorias Públicas Regionais								
- Intensificar as ações itinerantes								
- Intensificar as ações voltadas à educação em direitos								
- Realizar ações de estímulo à paternidade responsável								
- Realizar ações voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade								
- Prestar atendimentos de proteção social para crianças e adolescentes								
- Intensificar ações voltadas à defesa da mulher vítima de violência								
- Realizar mutirões de atendimento comunitário								
<b>Compromisso</b>	Fomentar ações voltadas à redução das desigualdades sociais de forma integrada com os demais Poderes							
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública							
<b>Iniciativa</b>								
- Implementar projeto de audiência itinerante								
- Atuar extrajudicialmente em comunidades com Bases Comunitárias de Segurança - BCS								

Programa	Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos				
- Realizar ações conjuntas com os Centros CRAS / CREAS, Pop Rua e Conselhos Tutelares					
- Realizar atendimento cidadão integrado no sistema prisional					
- Acolher adolescentes em medida sócio-educativa					
- Estabelecer parcerias voltadas à prática da Justiça Restaurativa					
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a gestão de pessoas				
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública				
<b>Meta</b>	Ampliar o quadro de pessoal à missão institucional				
	<b>Órgão Responsável</b>	DPE			
	<b>Valor de Alcance</b>	1.179 un			
	<b>Referência</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
		2018	623 un		
	<b>Território de Identidade</b>	<b>Valor de Alcance</b>			
Estado		1.179 un			
<b>Iniciativa</b>	<b>Órgão Responsável</b>				
- Realizar concursos públicos	DPE				
- Nomear Membros e servidores	DPE				
- Capacitar defensores, servidores e estagiários	DPE				
- Realizar eventos voltados para grupos vulneráveis	DPE				
- Realizar eventos de capacitação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	DPE				
- Realizar estudos, pesquisas e publicações	DPE				
- Viabilizar parcerias com escolas, universidades, faculdades e outras entidades	DPE				
- Viabilizar as ações do Escritório de Pesquisa Estratégica	DPE				
- Implantar projeto de Residência Jurídica	DPE				
<b>Compromisso</b>	Modernizar a gestão da Defensoria Pública				
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública				
<b>Iniciativa</b>	<b>Órgão Responsável</b>				
- Executar o Plano Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação e Processos	DPE				
- Prover a infraestrutura física das unidades defensoriais	DPE				
- Aparelhar unidades da Defensoria	DPE				
- Realizar ações de comunicação e publicidade institucional	DPE				
- Adequar a frota de veículos	DPE				
- Assegurar a manutenção da Corregedoria	DPE				
- Fortalecer a Ouvidoria Cidadã	DPE				